

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.529 - MS (2018/0340521-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862**  
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526  
ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711  
DIOGO AQUINO PARANHOS - MS012675  
**AGRAVADO** : **FRANCISCO JAILTON AQUINO**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO MARTINEZ LUDVIG - MS011274**  
LUIZ FELIPE NERY ENNE - MS012629  
RAFAEL SILVA DE ALMEIDA - MS013959

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA – PRELIMINAR DE OFENSA À COISA JUDADA – REJEITADA - RETRIBUIÇÃO DE AÇÕES – DOCUMENTO APÓCRIFO E UNILATERAL – SEM VALOR PROBATÓRIO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento. A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada. 2. Os documentos apresentados pela agravante não comprovam o efetivo recebimento das ações pela parte credora.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 370, 425, inciso IV, 502, 509, § 4º e 525, do CPC de 2015 (arts. 130, 365, 467, 475-G e 475-L, do CPC de 1973).

Sustenta que o não reconhecimento da entrega das ações fere a coisa julgada. Aduz cumprimento conforme os termos previsto na sentença executada.

Insurge-se contra a preclusão da juntada de documentos para comprovação de pagamento na fase de liquidação. Alega que “o objeto da ação principal é, em muito, diferente desta fase, uma vez que naquela ação apenas foi discutido, declarado e apresentado os parâmetros para a devolução das quantias a que fazem jus os consumidores abrangidos naqueles autos”. (fl. 192)

Sustenta, ainda, que admitida a juntada do documento comprobatório de pagamento, a veracidade do documento deve ser reconhecida e os valores discriminados abatidos do cálculo da recorrida, uma vez que não teria ocorrido a contestação da veracidade do documento pela parte recorrida.

É o relatório. DECIDO.

2. No que tange à ofensa ao art. 370 do CPC/2015 (art. 130 do CPC/73), não se vislumbra a aduzida violação por falta de articulação de argumentos jurídicos a embasar tal assertiva, caracterizando deficiência de fundamentação.

Ressalta-se que, para a análise da admissibilidade do recurso especial, pressupõe-se uma argumentação lógica, demonstrando de plano de que forma se deu a suposta vulneração do dispositivo legal pela decisão recorrida, o que não ocorreu na hipótese, sendo certo que, no caso em exame, caracterizou-se deficiência de fundamentação, sendo de rigor a incidência da Súmula 284 do STF. *"E inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

3. Quanto aos demais dispositivos legais violados, o inconformismo também não prospera.

A Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, interpretou o título judicial exequendo, concluindo que ele não reconheceu a quitação, bem como que houve falta de comprovação da quitação das ações, com a seguinte fundamentação:

"Defende a agravante que: a) a decisão agravada desrespeita a coisa julgada; b) inexistente preclusão na alegação de pagamento, vez que a sentença determina que o momento para a comprovação do quantum pago deveria ser na liquidação; c) o documento da entrega das ações pode ser juntado na fase de cumprimento com a finalidade de comprovar o pagamento; e d) o documento comprobatório da entrega das ações é válido e idôneo, vez que assinado pela diretoria do Banco Santander em papel timbrado.

Reconheço que, de fato, houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento.

A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada, ficando afastada a preliminar arguida nesse sentido.

Por outro lado, o alegado pagamento à parte agravada não restou comprovado pela agravante nesta fase executiva.

É sabido que o pagamento não admite presunção e deve ser provado por quem o alega (art. 333, I, do CPC), sob pena de ter que pagar novamente (bis dat qui cito dat), se pagou mal.

Importante observar que os documentos apresentados pela agravante como prova de recebimento e, inclusive, posterior transferência pela parte credora/agravante, consiste em simples extrato do Banco Santander que, mesmo em conjunto com procuração existente nos autos principais do BNDES à Telebrás S/A, nada prova, se desacompanhado do Certificado de Depósito de Ações (art. 43 da Lei n. 6.404/76) e/ou dos Livros Sociais (art. 100 da Lei n. 6.404/76) ou de qualquer recebimento expresso da parte credora.

Quanto à imprestabilidade de documento apócrifo como elemento de prova do pagamento é remansosa a jurisprudência. Veja:

[...].

Pela absoluta ausência de comprovação, deve ser tida por não efetivada

a quitação de 8.620 ações a cada contrato.

Ademais, recentemente esta Câmara Julgadora atribuiu eficácia erga omnes à decisão de caso análogo (agravo de instrumento contra decisão proferida em Cumprimento de Sentença da mesma Ação Coletiva), que abordou os temas do presente recurso, conforme se infere da ementa:

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA - QUESTÃO DE ORDEM - CUMULAÇÃO INDEVIDA DE EXECUÇÕES - EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POR QUANTIA CERTA - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR POR INADEQUAÇÃO - PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA PARA ENTREGA DE COISA - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRELIMINAR DE CANCELAMENTO - PARCIALMENTE ACOLHIDA - RETRIBUIÇÃO DE AÇÕES - APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO - ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO REALIZADO ANTES DA SENTENÇA - PRECLUSÃO - DOCUMENTO APÓCRIFO - SEM VALOR PROBATÓRIO - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BANCO EMITENTE DO EXTRATO PARA ESCLARECIMENTOS - PRETENSÃO AFASTADA - ATRIBUIÇÃO E EFICÁCIA ERGA OMNES À DECISÃO DE CARÁTER GENÉRICO E COMUM A TODOS OS CUMPRIMENTOS INDIVIDUAIS - INTELIGÊNCIA DO ART. art. 103, III, DO CDC E ATENÇÃO À FORÇA NORMATIVA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Arguida e acolhida de ofício preliminar de carência da ação por falta de interesse de agir, ante a inadequação da via eleita por cumulação de execuções diferentes, declarando extinto o processo em relação ao pedido de pagar quantia, devendo prosseguir tão somente quanto ao pedido de entrega de coisa (ações), nos termos do art. 475-I do CPC. 2 . Na hipótese, a devedora arguiu em defesa matéria relativa ao excesso de execução (art. 475-L, V, do CPC), bem como pagamento do valor devido (art. 475-L, VI, do CPC). O excesso de execução somente pode ser arguido em Impugnação ao Cumprimento de Sentença, mediante prévio recolhimento do preparo, sob pena de cancelamento da distribuição. Como não houve distribuição, não há que se falar em cancelamento, mas tão somente em não conhecimento da matéria alusiva ao excesso de execução dada a inadequação da via eleita para arguição. No ponto em que a defesa alega o pagamento de 8.620 ações, correto o procedimento adotado, porquanto passível de ser arguido em qualquer momento da execução, até mesmo por simples petição. Sendo assim, deve ser acolhida em parte a preliminar para que não seja admitida a defesa tão somente em relação ao excesso de execução, tornando nula a decisão agravada no capítulo em que decide a esse respeito, remanescendo válida na parte em que analisa e reconhece o pagamento. 3. A sentença executada foi proferida em 20/12/2001 e veio a transitar em julgado muito tempo depois, após o julgamento dos recursos contra ela interpostos. Porém, o alegado pagamento teria ocorrido em 13/07/1998, antes da sentença, portanto, estando evidentemente preclusa a alegação, consoante se extrai do teor do art. 475-L, VI, do CPC. Ainda que assim não fosse, o pagamento de 8.620 ações não restou comprovado, ante à**

imprestabilidade de documento apócrifo como elemento de prova. 4. Impossível o acolhimento da pretensão relativa à expedição de ofício ao Banco Santander, para fins de esclarecimentos sobre o extrato e as negociações noticiadas nos autos, uma vez que tal providência caberia à parte interessada solicitar administrativamente, inexistindo nos autos qualquer justificativa quanto à negativa da instituição financeira em atender a respectiva solicitação. **5. As questões comuns a todos os processos de cumprimento de sentença coletiva abrangem, de igual modo, todos os titulares dos direitos individuais homogêneos abrangidos pela sentença coletiva. São questões que poderiam e deveriam estar contidas na sentença. É essa identidade de relação jurídica e fática que autoriza e justifica a uniformidade das decisões, materializada pelo efeito erga omnes atribuído pelo art. 103, III, do CDC. Ademais disso, o precedente fixado, de maneira reiterada, em ação coletiva justifica impõe, destarte, a uniformidade de solução jurisdicional, nos termos da novel codificação civil (arts. 926 e 927 do CPC/2015).** (Data do julgamento: 23 de fevereiro de 2016. Data da publicação: 26 de fevereiro de 2016. 5ª Câmara Cível. Agravo de Instrumento – Nº 1413550-48.2015.8.12.0000 - Campo Grande. Relator Exmo. Sr. Des. Sideni Soncini Pimentel). Destaquei.

Desse modo, no presente caso, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

Observa-se, ainda, que, "em regra, a interpretação das instâncias ordinárias acerca do título exequendo, ainda que judicial, não se submete ao crivo do recurso especial, por encontrar o óbice de que trata o enunciado n. 7, da Súmula" (AgRg no AREsp 10.737/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 22/03/2012).

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator